

# Nova República é pressionada pela economia

Apesar da interinidade de Sarney, circunstância não permite que Brasil espere Tancredo melhorar. Medidas amargas são tomadas nos primeiros dias do governo. Presidente também teve que administrar pessoas que lhe eram hostis

» FABIO GRECCHI

**O** agora presidente em exercício José Sarney estava montado sobre um cavalo xucro de nome Brasil. Em aproximadamente 30 dias, tempo entre assumir o cargo para o qual Tancredo Neves fora eleito, e a morte do presidente, em 21 de abril de 1985, ele conviveu com a angústia de acompanhar a saúde do homem que deveria estar à frente do governo e a necessidade de consolidar a Nova República com urgência de decisões. O dia a dia de um país em movimento, e ansioso por respostas rápidas, obrigou à adoção de medidas e a tomadas de decisão muito além das diretrizes traçadas no período entre a vitória no Colégio Eleitoral e a posse, em 15 de março de 1985.

A manchete do **Correio Braziliense** de 18 de março de 1985, que trouxe a cobertura da primeira reunião ministerial conduzida por Sarney, no dia anterior, um domingo, atesta a onipresença do presidente hospitalizado nas discussões de governo: “É proibido gastar, ordem de Tancredo — Ministério só poderá anunciar obras depois de fazer o levantamento de sua situação financeira”, avisa o título na primeira página. Sarney, mais uma vez, reafirmou seu compromisso com o presidente internado e, em novo discurso, pediu empenho do primeiro escalão que não nomeara.

“É proibido gastar. Pretendemos orientar a aplicação daquela parcela dos fundos públicos hoje desperdiçada em obras adiáveis, consumo injustificado e programas de baixo ou nenhum rendimento (...). A luta contra a inflação exige coragem e abnegação. Exige, também, a articulação de um pacto social justo, no qual cada um possa vislumbrar recompensas ao esforço realizado. (...) As chamadas mordomias constituem um dos símbolos mais execrados do abuso e da prepotência. É chegada a hora de proceder a um amplo levantamento dessa situação e de propor medidas cabíveis para a sua redução”, exortou Sarney.

### O alinhamento

Mas o presidente interino também cobrou, sutilmente, respeito dos ministros àquele que ocupava o comando do governo na ausência do titular, pois ali estava por uma circunstância, não por um desejo ou vaidade. “É indispensável manter-se a ordem. Sem ordem não chegamos à parte alguma. Sem ordem não há progresso, não há democracia, não há produção, não há bem-estar social. Não há segurança para cidadão”, advertiu.

O aviso tinha razão de ser. Sarney via com clareza que os integrantes do ministério deviam fidelidade a Tancredo, ainda que com todos tivesse bom relacionamento e os conhecesse de longa data. No depoimento a Regina Echeverria, em *Sarney, a Biografia*, o ex-presidente aponta que os



**É proibido gastar. Pretendemos orientar a aplicação daquela parcela dos fundos públicos desperdiçada em obras adiáveis, consumo injustificado e programas de baixo rendimento. A luta contra a inflação exige a articulação de um pacto social justo, no qual cada um possa vislumbrar recompensas ao esforço realizado”**

**Trecho do discurso de Sarney na primeira reunião ministerial**



**Ouvia (Ulysses) em todas as decisões e nomeações. Evitava abrir uma frente que seria fatal para minha legitimidade. Ulysses adquiriu confiança em que eu jamais faria um jogo para afastar o PMDB. Não podia perder de vista o dever moral de governar com o PMDB de Tancredo, e não hostilizá-lo. Mas isso, em política, não é fácil”**

**Sarney sobre a dificuldade de conviver com o Senhor Diretas**

ministros Francisco Dornelles (Fazenda) e José Hugo Castello Branco (Casa Civil) tutelavam seus atos para que não nomeasse, no segundo escalão do governo, nomes que lhe fossem ligados. No terceiro, Sarney soube pouco do que acontecera — os ministros foram preenchendo os postos sem informar as escolhas ao Palácio do Planalto.

Como disse Fernando César Mesquita, ex-porta-voz da Presidência, ao

repórter Vanilson Oliveira, do **Correio Braziliense**, Sarney teve a possibilidade de nomear Jorge Murad como secretário pessoal — a pedido da filha, Roseana, com quem era casado — e o imortal da Academia Brasileira de Letras (ABL) Marcos Vilaça para assessorá-lo. Também trouxe Joaquim Campelo Marques, coautor do *Dicionário Aurélio*, a quem incumbiu zelar pela boa redação da Língua Portuguesa nos documentos oficiais. Por deferência ao clã Neves, nomeou d. Risoleta, mulher de Tancredo, presidente da Legião Brasileira de Assistência (LBA) — autarquia que prestava amparo social às famílias abaixo da linha da pobreza, extinta em 1995.

Mas não era apenas dentro do governo que Sarney enfrentava resistências. Seu relacionamento com o presidente da Câmara dos Deputados, Ulysses Guimarães, era de altos e baixos. O Senhor Diretas trabalhava com a certeza de que o interino era somente a pessoa a esquentar a cadeira até que o titular, em breve, a ocupasse. E, por causa disso, não tinha pudores em tomar providências para que a Nova República realmente se instalasse — como relata Luís Gutemberg em *Moisés, codinome Ulysses Guimarães: uma biografia*:

“Essa coabitação do poder aconteceu de modo natural. Sarney não reagiu. Aceitou passivo, como uma fatalidade. Que Ulysses Guimarães exercesse sua autoridade de Moisés diante da Terra Prometida para qual havia conduzido o povo de Deus desde o Egito. Nem de longe imaginava que o transitório era Ulysses, e não ele”, observa Gutemberg.

### O dia a dia

Da primeira reunião ministerial, em 17 de março, saíram decisões. No dia seguinte, o *Diário Oficial da União* reabilitou os mandatos de 164 sindicalistas, que os haviam perdido por perseguição da ditadura militar. Um deles era o do hoje presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Mais uma: o Banco Central liquidava extrajudicialmente o Brasilinvest, instituição financeira que pertencia ao empresário Mário Garnero, por causa de irregularidades.

Além disso, foram suspensas mais de 100 concessões de emissoras de rádio e tevê assinadas pelo então presidente João Baptista Figueiredo, nos momentos finais do seu governo — os atos de anulação foram publicados em 19 de março. E na esteira do esquadramento dos derradeiros atos da ditadura, Sarney determinou a retirada do Congresso de 300 projetos de lei para reanálise na Casa Civil.

Não parou aí. Foi restabelecida a autonomia administrativa de 31 municípios classificados como Área de Segurança Nacional. Além disso, o Palácio do Planalto remeteu ao Congresso um projeto de lei que liberava 900 bilhões de cruzeiros para socorro dos grupos financeiros

Olavo Rufino/CB/D.A Press



Olavo Rufino/CB/D.A Press



Sobrino de Tancredo e ministro da Fazenda, Dornelles deixava clara a fidelidade ao tio

Marcos Henrique/CB/D.A Press



Castello Branco tutelava Sarney para que não fizesse nomeações nos 2º e 3º escalões

Gilberto Alves/CB/D.A Press



Sousa Mendes (com o general Leônidas Gonçalves) informava Ulysses e Geisel de Tancredo